

*O JULGAMENTO DOS TIMORENSES NA INDONÉSIA

No dia 19 de Novembro de 1991, realizou-se em Jakarta junto das representações, do Japao, Austrália e ONU uma manifestação dos estudantes timorenses em protesto pelo massacre de 12 de Novembro.

Participaram nesta manifestação 70 estudantes vindos de diferentes partes de Java nomeadamente: Bandung, Semarang, Jogyakarta, Salatiga, Bali, Surabaya e Jakarta.

Após duas horas de manifestação, todos os participantes foram presos pela polícia e levados para POLRES, KRAMAT V, Jakarta Central. Nessa noite, Joao Freitas da Câmara (organizador da manifestação) foi forçado a deslocar-se a sua casa escoltado pela polícia, tendo a sua residência sido revistada, saqueada e apreendidos todos os documentos relacionados com a rede clandestina. Os manifestantes estiveram detidos no POLRES por dois dias, tendo sido sujeitos a violentos interrogatórios. Seguidamente foram transferidos para a POLDA METRO JAYA onde foram novamente submetidos a interrogatórios ainda mais violentos.

A situação dos prisioneiros era péssima. A alimentação diária era a seguinte: Pequeno-almoço- Um pequeno plástico de café ralo, com três pedacinhos de banana frita. Almoço- um embrulho plástico contendo duas colheres de sopa, de arroz; com um pedacinho de carne. Jantar- arroz azedo impróprio, que era servido aos presos de delito comum, o que não era costume dar aos presos políticos. Esta alimentação imprópria e deficiente causava terríveis dores

de estômago, diarreias, enfraquecimento generalizado e depressão psicológica. As celas eram muito pequenas e superlotadas, 20 pessoas em cada, mal arejadas(só existia um pequeno postigo), desprovidas de catres sendo os prisioneiros obrigados a dormir no chão de cimento, sem qualquer protecção contra o frio e humidade. As instalações sanitárias eram muito rudimentares, um pequeno tanque com água suja onde era suposto tomar banho, ao lado uma latrina que servia para todos.

Os interrogatórios começavam de uma forma amigável tentando conquistar a confiança do preso, oferecendo-lhe bebidas tais como: cerveja, whiskey, café, bolos e doces, cigarros o que não é normal nos interrogatórios. Passada a fase de aliciamento as perguntas eram seguidas de ameaças e violências psicológicas(alguns dos presos foram privados de sono durante três dias). Os interrogatórios tinham lugar a qualquer hora do dia ou da noite. Os presos mais renitentes em falar, foram levados para o BAIS(equivalente indonésio da ~~FBI~~ ^{FBI} norte-americana).

Uma semana depois do aprisionamento, foram libertados 49 detidos sem motivo aparente. Este facto leva a pensar que a libertação se deveu ao resultado de uma forte pressão internacional em torno deste caso, apesar das declarações em contrário proferidas pelo Sr. Wagiman. Ele afirmou que a libertação se devia a um acto de generosidade da sua pessoa e aconselhou fortemente os detidos a não contactarem diplomatas e jornalistas, bem como a guardarem segredo sobre

NB. Sr. Wagiman, chefe do departamento da investigação da Polícia.

o período em que estiveram detidos. Continuaram detidos, aqueles que se negaram a colaborar com as autoridades e tomando uma actitude de desafio frontal, revelaram as causas que levaram à realização da manifestação:

- a) Protesto pelo massacre de Santa Cruz.
- b) Recusa da integração e apêlo para a retirada imediata do exército indonésio de Timor-Leste.
- c) Apêlo à ONU, Governo português e indonésio para reabrirem negociações referentes ao futuro do território, tendo como base as resoluções da Assembleia Geral e Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entretanto no dia 22 de Dezembro em Bali, 5 estudantes timorenses foram surpreendidos, na sua residência por uma busca da polícia secreta. Esta busca domiciliária resultou na descoberta da rede clandestina da resistência timorense que operava em Dili, Bali e Jakarta. O desmantelamento desta rede provocou o endurecimento dos interrogatórios dos detidos em Jakarta, aquando da manifestação de 19 de Novembro.

A pressão internacional, levou a que as autoridades indonésias procurassem uma saída honrosa para os detidos. Tentaram aliciar Joao Freitas da Câmara (organizador da manifestação) e Fernando de Araújo (líder da RENETIL - Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste) para que reconhecessem as suas culpas, pedissem perdão ao presidente Suharto e ao governo. Esta proposta foi extensiva a todos os

estudantes timorenses detidos. A proposta consistia na assinatura de um documento com as seguintes condições:

- 1) Reconhecimento da integração.
- 2) Reconhecimento de Suharto como presidente da R. Indonésia.
- 3) Reconhecimento do Gen. Try Sutrisno como Chefe do Estado Maior da R. Indonésia.
- 4) Promessa solene de não repetição dos mesmos actos.
- 5) Caso voltem a praticar actos subversivos contra a Indonésia, serão imediatamente presos.

Todos os detidos recusaram esta proposta, como tal continuaram presos.

Até esse momento o processo era extrictamente policial. Ao começarem a ser instruídos os processos, passaram para a alçada da justiça onde, o Juiz de instrução voltou a apresentar a proposta de 5 pontos referida anteriormente. Desta vez alguns dos detidos aceitaram esta proposta com vista a serem libertados. Dos 22 presos 20 aceitaram a proposta, contudo José Maria e António M. Sousa recusaram-se a aceitar estas condições e preferiram ser julgados a concordarem com esta proposta que eles consideravam infamante. Apesar desta posição irredutível, foram libertados. Curiosamente, 2 dos detidos que haviam concordado com a proposta, continuaram presos e foram levados a julgamento; são eles, Agapito Cardoso e Domingos Barreto.

Antes do julgamento os juizes de instrucao procuraram a todo o custo que os réus: Virgilio Guterres, Agapito Cardoso e Domingos Barreto, prescindissem dos seus advogados de defesa, tendo-lhes sido prometido que se o fizessem, saíriam em liberdade, bem como lhes seriam concedidas outras benesses, tais como: Mulheres, dinheiro e outras facilidades.

Nos julgamentos em curso, as testemunhas de defesa sao arroladas pelos juizes de instrucao. Durante as audiências, as testemunhas sao questionadas, nao sobre os actos ou vida do réu a ser julgado nessa sala, mas sim sobre os outros réus que estao ausentes da sala.

Os presos que foram libertados sem terem sido julgados, foram conduzidos ao WISMA KODAM (instalações militares) onde lhes foram efectuadas sucessivas lavagens ao cérebro, durante uma semana.

Os factos expostos neste relatório, do qual eu José Amorim Dias sou testemunha presencial, vêm revelar a farsa que sao os julgamentos dos meus colegas, bem como de toda a justiça na Indonésia, que sob uma capa de legalidade, para consumo internacional, pretende esconder as suas injustiças.

Para terminar gostaria de fazer o seguinte apelo ao Parlamento Europeu e a Comunidade Internacional, para que olhe o caso de Timor Leste nao só como um caso de Direitos Humanos mas sobretudo, como um caso de autodeterminação nao realizada.